

# *Interfaces entre Lexicografia, Semântica e Tradução*

Arelis Felipe Ortigoza **GUIDOTTI\***

\* Mestrado em Estudos da Linguagem (2008) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutorado (2016) em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi bolsista (2014) do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da CAPES, na Universität Augsburg, Alemanha. É docente da UEL desde 2009. Contato: arelita@bol.com.br.

## **Resumo:**

Este artigo discorre sobre ligações possíveis entre Lexicografia, Semântica e Tradução. Por meio da experiência de elaboração de um dicionário bilíngue na direção português-espanhol, feito para brasileiros, foi constatada a necessidade de reflexão sobre a carga semântica atribuída a uma lexia na sua língua de origem antes que fosse registrada num dicionário. Foi verificado que a Lexicografia segue os pressupostos da Semântica Formal, enquanto a Semântica da Enunciação sugere que sejam registrados todos os significados de uma lexia de acordo com o(s) enunciado(s), o que se torna inviável em um dicionário. Tampouco seria viável registrar todos os sentidos que a lexia tem para cada indivíduo, de acordo com a sua subjetividade, se o dicionário seguisse os pressupostos da Semântica Cognitiva. Por outro lado, a Tradução poderia beneficiar-se com maior liberdade das contribuições desses três modelos de análise semântica, já que, tanto na tradução intralinguística como na interlinguística, busca-se a fidelidade ao enunciado original. Sendo assim, considera-se que um trabalho integrado entre especialistas da Lexicografia, da Semântica e da Tradução poderia trazer benefícios a todas estas áreas do conhecimento, podendo resultar num registro mais completo do(s) significado(s) de unidades léxicas em dicionários.

## **Palavras-chave:**

Lexicografia. Semântica. Tradução.

*Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 21, n. 3, p. 408-423, dez. 2018*

*Recebido em: 24/06/2017*

*Aceito em: 12/11/2017*

# Interfaces entre Lexicografia, Semântica e Tradução

---

Arelis Felipe Ortigoza Guidotti

## INTRODUÇÃO

No processo de elaboração de um dicionário bilíngue na direção português-espanhol, feito para brasileiros, deparamo-nos com o desafio de elaborar verbetes que contivessem informações suficientes, não somente de acordo com os critérios dos autores, mas, fundamentalmente, para atendermos às necessidades dos usuários em potencial dessa obra lexicográfica. Para que um dicionário bilíngue possa ser elaborado, são consultadas diversas fontes, tais como os dicionários monolíngues, os quais nos auxiliam na seleção e elaboração das informações contidas nas entradas dos verbetes. Partindo de reflexões advindas dos desafios encontrados na nossa tarefa, foi possível perceber que a Lexicografia, como área do conhecimento que orienta a elaboração dos dicionários, poderia e deveria buscar mais recursos nos estudos da Semântica, beneficiando, também, a área da Tradução.

Neste artigo, portanto, interessa-nos averiguar como a informação semântica é elaborada, isto é, como é atribuído o valor semântico a uma entrada de dicionário ou artigo lexicográfico. Gostaríamos de verificar, também, como a estrutura de uma entrada de dicionário se sustenta ao tomar como referência o conhecimento que a Semântica lhe fornece à hora de se elaborar uma definição e como este processo poderia beneficiar o trabalho do tradutor. Neste artigo em especial, nos referimos à tradução intralinguística em primeiro lugar, ou seja, falamos da tradução do pensamento e a sua materialização por meio da linguagem e, em outras ocasiões, à tradução interlinguística ou de uma língua para outra.

## A LEXICOGRAFIA E A SEMÂNTICA

A Lexicografia, de acordo com Porto Dapena (2002, p. 23), é a disciplina que se ocupa de tudo concernente ao dicionário, tanto no que se refere ao seu conteúdo científico (estudo do léxico) como à sua elaboração material e às técnicas adotadas na sua realização ou, por fim, à análise dos mesmos. Hartmann e James (1998, p. 92) e o próprio Porto Dapena (2002) falam da estrutura de um dicionário, a qual pode estar composta pelas: 1) *megaestrutura*, conjunto que inclui a macroestrutura ou corpo do dicionário e os elementos externos; 2) a *macroestrutura*, conjunto das entradas ou lemas ou, também, a forma como o corpo do dicionário se organiza; e 3) a *microestrutura*, ou “conjunto das informações ordenadas de cada verbete após a entrada” (WELKER, 2004, p. 107). Outro sinônimo para a palavra *entrada de verbete* nos dicionários é o vocábulo *lema*. Por trás da escolha dos *lemas*, há critérios que orientam essa escolha, tais como a frequência com que determinada lexia aparece nos

enunciados dos membros de uma determinada comunidade linguística. Apesar de a frequência de aparecimento das lexias ser o critério mais comum que orienta os lexicógrafos na hora de elaborarem um dicionário, estes se deparam com situações em que devem tomar algumas decisões em relação ao registro ou não de algumas unidades léxicas.

Quando se fala da elaboração de um dicionário, é necessário pontuar que o artigo lexicográfico corresponde a uma estrutura básica e imprescindível sobre a qual se articula o trabalho do lexicógrafo: *entrada – categoria – definição*. Esta estrutura básica se encontra estabelecida, pelo menos, desde a consolidação da Lexicografia monolíngue ocidental no século XVII. A *entrada* aponta a existência dessa unidade de tratamento lexicográfico como unidade do sistema linguístico, indica a forma que a convenção linguística lhe deu e suas possíveis variantes morfológicas e normativas. A *categoria* indica o pertencimento da unidade de tratamento a um determinado sistema de relações morfofuncionais. E a *definição* pressupõe o conteúdo, o valor semântico dessa unidade de funcionamento. Dessa estrutura básica se deduzem três tipos de informação: (a) da *entrada*: informação geral, (b) da *categoria*: informação gramatical; e (c) da *definição*: informação semântica (AHUMADA LARA, 1989, p. 18-19).

Como Kernerman (2013, p. 1) afirmou, atualmente, todos os usuários de uma língua e consulentes de um dicionário têm a possibilidade de participar do processo criativo de construção de significados para as unidades léxicas e isto se deve ao fato de que atribuir “significado a uma cadeia de ruídos implica adotar um ponto de vista sobre a aquisição de conhecimento” (OLIVEIRA, 2006, p. 18). É necessário dizer que a Semântica é a ciência que se dedica ao estudo do “significado”, embora os próprios semantistas não cheguem a um acordo em relação à definição exata desse conceito: nas palavras “do filósofo Putnam: ‘o que atrapalha a Semântica é ela depender de um conceito pré-teórico de *significado*’” (p. 18). Dessa forma, não seria possível falar de Semântica, mas de, pelo menos “as linhas mestres dos modelos semânticos atuais: o modelo formal, o modelo enunciativo e o modelo cognitivo” (p. 42). Sendo assim, para que possamos entender as questões que envolvem a elaboração de uma definição num dicionário por meio de uma tradução intralinguística, é preciso discorrer sobre as possibilidades que o lexicógrafo tem para materializá-la, adotando um determinado “ponto de vista sobre a aquisição de conhecimento” ou um posto de observação que oriente seu trabalho.

## **A SEMÂNTICA FORMAL E A SUA RELAÇÃO COM A LEXICOGRAFIA E COM A TRADUÇÃO**

Os lexicógrafos começaram a sistematizar os seus procedimentos, a partir dos estudos advindos da Linguística e de Saussure (2000, p. 79), o qual nos advertia que “[p]ara certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras coisas”. A Lexicografia primitiva teve a sua origem nessas listas de termos que poderiam corresponder a determinados significados e que serviam a propósitos específicos como a decodificação de textos clássicos advindos, fundamentalmente, de línguas como o latim e o grego. Para Saussure (p. 79), “[t]al concepção

é criticável em numerosos aspectos”, já que “ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade” (p. 79).

As ideias do mestre genebrino serviram como base para os estruturalistas de vertente saussuriana, os quais definiam “significado” a partir do contraste entre unidades léxicas. Isto é: “o significado se dá numa estrutura de diferenças com relação a outros significados. Assim, o significado de uma palavra se define por não ser outro significado” (OLIVEIRA, 2006, p. 18), podendo implicar numa postura relativista do lexicógrafo e do tradutor.

Até o ano de 1957, com a celebração do VIII Congresso Internacional de Linguistas, a Lexicografia e a Linguística eram disciplinas estreitamente relacionadas, sendo a primeira dependente da última. O interesse em relação à Semântica e a abertura de um espaço para estudos lexicográficos orientados por ela surgiram a partir do mencionado evento, no qual o estruturalismo passa a andar no terreno do significado, embora se trate de uma espécie de primeiro contato, conforme registra Ahumada Lara (1989, p. 83).

A partir disso, Ahumada Lara (1989, p. 84) afirma que os problemas lexicográficos passaram a ter uma dupla orientação: “1) Orientación hacia la filosofía. 2) Orientación hacia la lingüística”.<sup>1</sup> Dessa forma, quando Oliveira (2006, p. 42) cita o *modelo formal* no seio da Semântica e fala da Semântica Formal, refere-se ao momento em que o significado passa a ser visto como “um termo complexo que se compõe de duas partes, o sentido e a referência [...]. Assim, no modelo lógico, a relação da linguagem com o mundo é fundamental”. Esse conceito é fruto da distinção aristotélica de que a língua “não é um *ergon* (raiz indo-europeia \**verg*, que encontramos no inglês *work*: ‘uma obra realizada’), mas uma *energeia* (uma atividade em vias de se fazer)” (OUSTINOFF, 2011, p. 22). Ainda sobre a “orientação em direção à filosofia” que a Lexicografia passou a ter, Oliveira (2006, p. 19) afirma que “a análise de Aristóteles (pela lógica) [...] mostra que há relações de significado que se dão independentemente do conteúdo das expressões”. O exposto neste parágrafo tem suas consequências diretas sobre os dicionários, já que, como afirma Ahumada Lara (1989, p. 86), os dicionários têm uma função social e desde os primeiros repertórios, sua única missão era a de resenharem as mais variadas significações das lexias, não havendo, ainda, naquela época nem uma metodologia e nem uma uniformidade que caracterizassem uma técnica lexicográfica consagrada. Ainda na atualidade, os lexicógrafos enfrentam problemas para oferecerem ao consulente uma definição para as lexias, pois esta atividade é a tradução do pensamento por meio de signos, construindo-se o que chamamos de significado. Já no campo da tradução, entende-se que

não existe tradução ‘neutra’ ou ‘transparente’ através da qual o texto original apareceria idealmente como em um espelho, identicamente. Por isso, aqui não há espaço para

---

<sup>1</sup> “1) Orientação para a filosofia. 2) Orientação para a linguística”.

‘decalque’, em razão do próprio trabalho (*energeia*) da língua, seja aquele que se opera no interior da língua ‘tradutória’ ou daquele que se produz no próprio seio da língua original (OUSTINOFF, 1989, p. 22).

Esse trabalho que se produz na língua original é o que chamamos de tradução intralinguística ou tradução do pensamento em palavras, antes de que ocorra a tradução interlinguística ou de uma língua para outra. Após a tradução intralinguística, podemos ter duas materializações desses conteúdos que antes eram só do indivíduo: a expressão oral e a expressão escrita. Sobre a escrita, vale tecer alguns comentários advindos das reflexões que as palavras de Saussure (2000, p. 34, grifos nossos) provocaram e podem provocar:

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; *o objeto lingüístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto*. Mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto.

Concordamos, então, com Oustinoff (2011, p. 22), ao dizer que a escrita e a tradução (tanto intralinguística, como interlinguística) “devem ser situadas exatamente no mesmo patamar”, pois constituem a “fotografia” e não o “rosto” da língua, conforme as palavras de Saussure (2000). Este se preocupava com as consequências de que fosse dada uma maior atenção à “fotografia”, ou seja, à representação da língua por meio da escrita, em detrimento do objeto representado: “A língua tem [...] uma tradição oral independente da escrita e bem diversamente fixa; todavia, o prestígio da forma escrita nos impede de vê-lo” (SAUSSURE, 2000, p. 35). E, quando se fala da tradução, Oustinoff (2011, p. 77, grifos nossos) afirma:

Não há nada de mais difícil [...] e nada de mais raro do que uma excelente tradução, porque nada é mais difícil nem mais raro do que alcançar o justo equilíbrio entre *a licença do comentário e a servidão da letra*. Um apego excessivamente escrupuloso à letra destrói o espírito, quando é o espírito que vivifica; excessiva liberdade destrói os traços característicos do original, faz-se uma cópia infiel dele.

Tanto a tradução intralinguística ou do pensamento, quanto a tradução interlinguística seriam, de acordo com a citação anterior, cópias infieis do original, do pensamento e do texto a ser traduzido para outra língua, respectivamente, caso não se alcançasse esse justo equilíbrio entre a orientação filosófica e a orientação linguística de que se falava anteriormente. Diante dessa necessidade de equilíbrio, parece que surge a “possibilidade de fixar as coisas relativas à língua que faz com que um dicionário e uma gramática possam representá-la fielmente, sendo ela o *depósito das imagens acústicas, e a escrita a forma tangível dessas imagens*” (SAUSSURE, 2000, p. 23, grifos nossos), de que falamos anteriormente. No entanto, essa

tarefa complexa chega aos lexicógrafos com suas limitações e críticas, feitas pelo próprio mestre genebrino:

A língua literária aumenta ainda mais a importância imerecida da escrita. Possui seus dicionários, suas gramáticas; é conforme o livro e pelo livro que se ensina na escola; a língua aparece regulamentada por um código; ora, tal código é ele próprio uma regra escrita, submetida a um uso rigoroso: a ortografia, e eis o que confere à escrita uma importância primordial. Acabamos por esquecer que aprendemos a falar antes de aprender a escrever, e inverte-se a relação natural (SAUSSURE, 2000, p. 35, grifos nossos).

Sendo assim, a Linguística enfrenta desafios ao vincular significantes a significados e a Semântica Formal passa a (pré)ocupar-se ao associar sentido e referência, já que “uma mesma referência pode [...] ser recuperada por meio de vários sentidos” (OLIVEIRA, 2006, p. 21). Além disso, a Lexicografia enfrenta problemas ao registrar lexias por meio da dupla orientação, filosófica e linguística, tornando o conteúdo conceitual em linguístico, conforme destaca Ahumada Lara (1989, p. 84-85). E a tradução intralinguística final, que nada tem de ‘neutra’ ou de ‘transparente’, “é, por isso, a face emergente do *iceberg*. A face imersa, a mais importante, não é a face do *ergon* que é a tradução, mas a dos processos de re-enunciação da qual ela é resultante (*a energeia*)” (OUSTINOFF, 2011, p. 76). E, em relação à fase imersa da tradução em que o significado é re-enunciado, Benveniste (2005, p. 319-320, grifos nossos) afirma:

As noções semânticas apresentam-se ainda sob uma forma tão vaga que, para tratar um dos aspectos, seria necessário começar por propor um corpo de definições rigorosas. Entretanto, essas definições exigiriam por sua vez uma discussão que versasse sobre os princípios da *significação* [...] *Em matéria de sentido, porém, temos por guia apenas uma certa verossimilhança, fundada sobre o ‘bom senso’, sobre a apreciação pessoal do lingüista, sobre os paralelos que ele pode citar.* O problema consiste sempre – em todos os níveis da análise, no interior de uma mesma língua ou nas diferentes etapas de uma reconstrução comparativa – em determinar se, e como, dois morfemas formalmente idênticos ou comparáveis podem ser identificados pelo seu sentido’.

Estas ideias influenciaram autores como Ducrot (1987) e, a partir da década de 1970, apareceram trabalhos que se opunham aos pressupostos da Semântica Formal. Surgiu, portanto, outro modelo de análise do significado: a Semântica da Enunciação, influenciada pela escola francesa de Análise do Discurso (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

## A SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO, A LEXICOGRAFIA E A TRADUÇÃO

Para os defensores da ideia de que o significado pode ser o resultado do jogo argumentativo criado na linguagem e por ela, o sentido de uma lexia passaria a existir por meio das diversas possibilidades de encadeamentos argumentativos das quais a lexia poderia

participar. Por isso, Benveniste (2005) fala dos “paralelos” que o linguista poderia fazer em relação a uma lexia:

O único princípio de que nos serviremos [...], tomando-o como admitido, é que o ‘sentido’ de uma forma lingüística se define pela *totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes* [...] A resposta jamais se apresenta de antemão. Só pode ser fornecida por um *estudo atento do conjunto dos contextos nos quais a forma é susceptível de aparecer*. Não se tem o direito de presumi-la, positiva ou negativa, em nome da verossimilhança (2005, p. 320, grifos nossos).

Considera-se, então, que não se deveriam oferecer significados prontos para uma palavra, já que esta adquiriria sentido em cada um dos contextos em que fosse usada. Para os lexicógrafos, a tarefa de registrar as possibilidades de encadeamentos argumentativos de uma unidade léxica ou a “totalidade dos seus empregos” se apresenta como uma tarefa hercúlea, já que, como diz Rey-Debove (1984, p. 57), os usuários de uma língua:

não dominam jamais o léxico, encontram em todo o decorrer de sua vida palavras desconhecidas, e *nenhum lexicólogo ou lexicógrafo pode esperar adquirir uma competência lexical ótima*. Deve-se isso, evidentemente, à ordem quantitativa: as regras da gramática são em número restrito, mas não as palavras que elas regem. Além disso, é o léxico que, na língua, muda mais depressa (em francês, a renovação das unidades é da ordem de 10% em 25 anos para cerca de 50.000 palavras). O fato da maioria das pessoas não ‘compreenderem’ um texto é devido às palavras desconhecidas: resulta disso uma espécie de desconforto permanente, de angústia léxica que se transforma freqüentemente em observações desdenhosas sobre o ‘jargão’ dos outros (REY-DEBOVE, 1984, p. 57).

Se a falta de registro de todas as palavras como verbetes já é um obstáculo para se atingir uma competência léxica ótima, a tarefa de se conhecer sua “distribuição e [seus] tipos de ligações resultantes” parece ainda mais desafiadora, sem falar do “conjunto dos contextos nos quais a forma é susceptível de aparecer”, de que fala Benveniste (2005, p. 320) ao falar do sentido das unidades léxicas. Sobre esse “conjunto dos contextos” em que elas podem aparecer, de acordo com a Semântica da Enunciação, é possível dizer que se trata do quadro institucional que referenda o espaço discursivo em que o diálogo vai se desenvolver e este é formado pelos vários enunciadores que constituem, por fim, um enunciado (OLIVEIRA, 2006, p. 28).

Dessa forma, se os lexicógrafos seguissem à risca as diretrizes da Semântica da Enunciação, o dicionário deveria registrar o leque de significados diferentes que podem ser associados a um enunciado, sem perder de vista que esses significados, apesar de diferentes, encontram-se relacionados. Utilizamos, no início do parágrafo, a conjunção condicional “se”, pois, como reconhece Ahumada Lara (1989, p. 101), a Lexicografia, tanto teórica como prática, deve orientar-se de maneira especial em direção à teoria semântica, sem se esquecer da ciência linguística de forma geral; além disso, deve conhecer e compartilhar na

medida certa a riqueza dos seus métodos, seus meios de análise, o rigor das suas observações e, sobretudo suas conclusões; no entanto, sem renunciar à exposição clara, coerente e acessível dos seus resultados. Isso tem a ver com o fato de o dicionário surgir a partir das necessidades dos usuários em potencial, ou seja, dependendo do consulente, não haveria necessidade de se registrar determinadas informações na microestrutura de um verbete.

Passemos agora a verificar como a tradução intralinguística é afetada, positiva ou negativamente, pelos pressupostos da Semântica da Enunciação, mais especificamente em relação ao leque de significados diferentes que se abre a partir de um enunciado, relacionando isso ao conceito proposto por Jakobson (1959, p. 114) para a tradução intralinguística. Oustinoff (2011, p. 73, grifos nossos) cita:

Em 1813, Schleiermacher enunciava uma concepção parecida em *Dois diferentes métodos do traduzir*: Não temos frequentemente a necessidade de traduzir o discurso de outra pessoa, completamente semelhante a nós, mas cuja sensibilidade e temperamento são diferentes? Quando sentimos que as mesmas palavras em nossa boca teriam um *sentido* totalmente outro ou, pelo menos, um conteúdo um tanto mais frágil, um tanto mais vigoroso que na dele e que, se quiséssemos exprimir exatamente a mesma coisa que ele, nós nos serviríamos, a nossa maneira, de *termos* e de *expressões* absolutamente diferentes, parece, quando queremos *definir* mais precisamente essa impressão e fazemos dela um objeto de pensamento, que nós traduzimos.

Dessa forma, quando queremos nos comunicar de uma maneira que consideramos mais eficaz, usamos “termos” ou “expressões” que são fruto da tradução de “um objeto de pensamento”. Esta operação acontece, então, quando um enunciado se constitui por mais de um enunciador, formando-se, de acordo com Oliveira (2006, p. 28), o “quadro institucional que referenda o espaço discursivo em que o diálogo vai acontecer” e, assim, “situa o diálogo no comprometimento de que o ouvinte aceita esta voz pressuposta (do enunciador)”. Nesse diálogo, no universo da “comunicação”, a tradução:

está presente em todos os lugares [...]. Não é necessário que a ‘língua-fonte’ e a ‘língua-alvo’ sejam diferentes. Podemos ir além. Realmente a tradução não se aplica apenas a textos: isto seria excluir arbitrariamente a tradução oral, ou aquela que se efetua no foro interior, mentalmente. Por isso, podemos substituir ‘texto’ por ‘enunciado’ (‘E’): EF- EA (OUSTINOFF, 2011, p. 74).

Nesta parte, percebe-se uma relação entre a Semântica da Enunciação e o estruturalismo de vertente saussuriana, já que, para Saussure (2000, p. 35), “a língua tem [...] uma tradição oral independente da escrita” e “aprendemos a falar antes de aprender a escrever”, portanto, a tradução intralinguística é de fato uma tradução do que o mestre genebrino entendia por língua, é observar o “rosto” em lugar de olhar para uma “fotografia”. Parece paradoxal que tenham sido os textos escritos os que tenham recebido maior atenção por parte dos tradutores e dos lexicógrafos ao longo do tempo, mas, talvez, poderíamos



fazer uma analogia simples para entender a questão: o “rosto” muda e a “fotografia” permanece. Dessa forma, tradicionalmente, estuda-se aquilo de que se tem registro, isto é, aquilo que aparece como recorte da língua e que se escreve em gramáticas e dicionários e não aquilo que é produzido oralmente e que se perde após a sua enunciação.

Os textos escritos têm recebido maior atenção do que os orais por parte dos lexicógrafos e dos tradutores e a tradução intralinguística tem sido vista mais como uma “re-enunciação”, a qual, segundo Oustinoff (2011, p. 74), é uma operação que “está longe de ser automática, mesmo no interior da mesma língua”. Ao mesmo tempo em que está longe de ser automática, o próprio autor registra que “transformações desse tipo são tão *pouco evidentes* que, durante muito tempo, elas foram consideradas (até o século XIX) como um exercício pedagógico da mais alta importância” (OUSTINOFF, 2011, p. 75, grifos nossos). Este parágrafo tem o objetivo de destacar que, embora a tradução “propriamente dita”, ou interlinguística, tenha recebido o adjetivo de “indispensável” por Oustinoff (2011, p. 75), ela “não pode negligenciar a tradução intralingual, que se apresenta tanto do lado do ‘enunciado fonte’ como do lado do ‘enunciado alvo’. O ‘enunciado fonte’ só pode ser compreendido quando formos capazes de reformulá-lo em ‘língua-fonte’ (‘L1’): L1 - L1” (OUSTINOFF, 2011, p. 75).

Considerando a citação anterior, é necessário dizer que os frutos dos estudos advindos da tradução intralinguística e da Semântica da Enunciação podem transformar-se no leque de possibilidades que se abre quando ocorre um diálogo ou uma comunicação efetiva. Nesse momento, pensamentos são traduzidos por meio de palavras e, para os lexicógrafos, registrá-los na sua totalidade é uma tarefa impossível de ser concluída, como afirma Rey-Debove (1984, p. 57), devido às mudanças que ocorrem nas unidades léxicas ao longo do tempo e a cada momento em que ocorre uma troca linguística ou uma enunciação. Como destaca a autora, as regras da gramática são em número restrito, mas as palavras que elas regem não. Dessa forma, o número de palavras de uma língua é irrestrito e, portanto, crescem as possibilidades de enunciação para os usuários de um idioma na hora de se comunicar.

## **A SEMÂNTICA COGNITIVA, A LEXICOGRAFIA E A TRADUÇÃO**

Sobre as possibilidades de enunciação, Davidoff (2001, p. 274) afirma que “a linguagem é uma forma quase infinitamente flexível de comunicação intencional, regida por regras que ditam os significados” e, se um enunciador quer transmitir uma mensagem e comunicar-se, parece claro que o significado desse enunciado seja motivado, abrindo espaço para estudos baseados nos pressupostos teóricos do modelo cognitivo, na área da Semântica, a partir da década de 1980. Ao falar do modelo cognitivo, Oliveira (2006, p. 34, grifos nossos) destaca:

O significado, se afirma na Semântica Cognitiva, não tem nada a ver com a relação de pareamento entre linguagem e mundo. Ao contrário, ele emerge de dentro para fora, e por isto ele é *motivado*. A significação linguística emerge de nossas significações corpóreas, dos movimentos de nossos corpos em interação com o meio que nos circunda.

Para entendermos melhor o ‘significado’ da citação que precede este parágrafo, utilizaremos um procedimento do estruturalismo de vertente saussuriana, ou seja, falaremos do que a Semântica Formal entende por ‘significado’ em oposição ao modelo cognitivo, definindo esse conceito numa estrutura de diferenças, já que, como afirma Ahumada Lara (1989, p. 102), o sistema linguístico possui uma melhor estruturação das relações entre opostos do que das relações entre sinônimos. Dessa forma, convém apresentar as ideias defendidas pela Semântica Cognitiva em contraste com as ideias da Semântica Formal, a qual antecede a primeira historicamente.

Oliveira (2006) afirma que, para a Semântica Formal, o significado é um termo complexo que se compõe de duas partes: o sentido e a referência; já para a Semântica Cognitiva, o significado é natural e experiencial, construído a partir de nossas interações físicas, corpóreas, com o meio ambiente em que vivemos. De acordo com o modelo lógico defendido pela Semântica Formal, a relação da linguagem com o mundo é fundamental, contrapondo-se ao defendido pela Semântica Cognitiva, já que, para os que defendem esta linha teórica, o significado não tem nada a ver com a relação de pareamento entre linguagem e mundo. De acordo com esta afirmação dos cognitivistas, o significado emerge de dentro para fora, e por isso ele é motivado, devido a que a significação linguística vem de nossas significações corpóreas, dos movimentos de nossos corpos em interação com o meio que nos circunda. Isto se opõe ao que defendem os formalistas, os quais afirmam que a representação individual que cada palavra pode provocar não é levada em consideração, ou seja, as experiências subjetivas do indivíduo em relação ao mundo não são consideradas à hora de se atribuir significados aos significantes. Em relação à linguagem, os formalistas defendem que esta é apenas um instrumento que nos permite alcançar aquilo que existe, afirmando, ainda, que a verdade ou a falsidade não estão contidas na linguagem, mas nos fatos do mundo. Por outro lado, os cognitivistas afirmam que o elemento central para eles não é a verdade que está nos fatos do mundo, mas é o significado que se torna objeto de investigação, considerando, também, que a forma deriva da significação, porque é a partir da construção de significados que aprendemos, inclusive a lógica e a linguagem.

Resumindo essas ideias, podemos afirmar que, para a Semântica Cognitiva, o significado linguístico: 1) não é arbitrário, porque deriva de esquemas sensorio-motores; 2) é uma questão da cognição em geral e não um fenômeno pura ou prioritariamente linguístico (OLIVEIRA, 2006, p. 34-35). Cabe destacar que, para que os defensores da Semântica Cognitiva pudessem afirmar que o significado linguístico não é arbitrário, foi preciso que Saussure (2000) postulasse que o significado tinha a ver com o conceito e que o significante tinha a ver com a imagem acústica: “O laço que une o significante ao significado é arbitrário

ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é arbitrário*” (p. 81, grifos nossos).

Para entender como o signo linguístico pode ser arbitrário, sendo que o significado linguístico não o é, é necessário dizer que os defensores da Semântica Cognitiva partem de um sistema linguístico já existente, ou seja, eles não se referem à origem ou ao surgimento dos signos e, sim, à aprendizagem/aquisição destes, à construção que cada indivíduo faz dos significados, a partir das suas vivências ou da apreensão de esquemas sensório-motores que darão significado às expressões linguísticas, contanto que esse indivíduo esteja inserido numa comunidade de falantes. Saussure (2000, p. 130-131) referia-se à arbitrariedade do signo ao explicar que “Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio das palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta [...]. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua”. Esta descrição refere-se a um momento no qual ainda a ideia não se fixou num som, embora

O papel característico da língua frente ao pensamento não [seja] criar um meio fônico material para a expressão das ideias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. O pensamento, caótico por natureza, é forçado a precisar-se ao se decompor. Não há, pois, nem materialização do pensamento, nem espiritualização de sons; trata-se, antes, do fato, de certo modo misterioso, de o ‘pensamento-som’ implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas (SAUSSURE, 2000, p. 131).

A citação anterior coincide com as experiências de Helen Keller (1905, p. 35-37) ao descrever suas primeiras percepções da linguagem. Relembremos um pouco da sua história, escrita no livro *The Story of my Life*. Keller cresceu sem conseguir falar e comunicava-se por gestos simples, como meneios de cabeça ou movimentos de puxar ou empurrar, já que, devido a uma doença que teve aos dois anos de idade, tinha ficado completamente cega e surda. Contudo, aos sete anos de idade, aconteceu uma experiência que mudaria sua vida: uma professora começou o ensino da linguagem de sinais para que Keller conseguisse se comunicar. A autora relata as dificuldades que este processo envolvia, já que precisava aprender a linguagem de sinais apenas pelo tato, pois não podia ver nem o objeto de que se falava e nem os sinais que sua professora fazia com as mãos. Dessa forma, Keller vivia num mundo de sensações, sentimentos e percepções, como é descrito nesta passagem em que sua professora tenta fazê-la aprender a diferença entre “caneca (m-u-g, soletrado de acordo o *Fingerspelled Alphabet*, isto é, o alfabeto usado nos Estados Unidos da América para a comunicação entre deficientes auditivos)” e “água” (w-a-t-e-r, de acordo com o *Fingerspelled Alphabet*):

Fiquei *impaciente* com suas repetidas tentativas [...]. Fiquei *feliz* quando *senti* os pedaços da boneca quebrada no meu pé [...] e senti uma espécie de *satisfação* por ter desaparecido a

causa do meu *desconforto*. Ela me trouxe meu chapéu e eu *percebi* que iríamos passear lá fora sob o sol quentinho. Este *pensamento*, se é que eu possa denominar essa *sensação intraduzível* de pensamento, me fez pular de prazer (DAVIDOFF, 2001, p. 246, grifos nossos).

A descrição de Keller sugere que, de fato, “nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta”, como definiu Saussure (2000, p. 131), ou de uma “sensação intraduzível” (DAVIDOFF, 2001, p. 246) que precisa de definição, de precisão e isto poderia acontecer por meio da linguagem. Vejamos a descrição do momento em que a professora de Keller a expõe a uma experiência de associar sua percepção de um jato de água com os sinais que a descrevem nessa linguagem:

Alguém estava pegando água e minha professora colocou minha mão sob o jato. Enquanto a água fresca jorrava em uma das mãos, ela começou a soletrar a palavra água na outra, primeiro lentamente, depois rapidamente. Fiquei ali parada, toda a minha atenção concentrada nos movimentos dos dedos dela. Subitamente, adquiri uma *consciência* não muito clara, como de algo esquecido – uma excitação de retorno do pensamento;<sup>2</sup> e de alguma forma *o mistério da linguagem revelou-se para mim*. Eu sabia então que á-g-u-a significava aquela coisa fresca e deliciosa que fluía pela minha mão. Aquela palavra viva despertou-me a alma, deu-lhe luz, esperança, alegria, libertou-a! (DAVIDOFF, 2001, p. 246, grifos nossos).

Keller cita palavras e expressões como “consciência”, retorno ao “pensamento”, revelação do mistério da “linguagem” para referir-se, portanto, a um segundo momento da experiência de relacionar pensamento e linguagem, no qual ocorre uma “articulação” ou uma “elaboração das unidades lingüísticas” em que “cada termo lingüístico é um pequeno membro, um *articulus*, em que a idéia se fixa num som e em que um som se torna o signo de uma idéia” (SAUSSURE, 2000, p. 131). Neste momento, para os seguidores da Semântica Cognitiva, acontece o desenvolvimento de *esquemas sensório-motores* ou *imagéticos*. Estes podem ser definidos como organizações sinestésicas diretamente apreendidas pelo indivíduo em contato com seu ambiente e que carregam uma memória de movimentação ou de experiência. Além delas, existem os *mecanismos de abstração*, mais especificamente a metáfora e a metonímia. A metáfora ganha uma nova conceituação e passa a ser um processo cognitivo, que nos permite mapear esquemas mais concretos na experiência dos indivíduos, na conceituação

---

<sup>2</sup> Davidoff (2001, p. 269) fala do *período sensível para a linguagem* referindo-se a “um período breve de tempo quando a experiência tem um impacto particularmente substancial, sem similar antes ou depois. Para adquirir a linguagem, Lenneberg (1967) presumiu, a organização do cérebro precisa estar amadurecida e ser flexível. Se somos muito jovens (2 anos ou menos), o cérebro carece da necessária maturidade”. Considerando que Helen Keller ficou cega e surda aos dois anos de idade, parece plausível que neste seu primeiro contato com a linguagem de sinais, a consciência do processo não fosse muito clara ou fosse uma consciência de “algo esquecido”, considerando o período em que não foi exposta a novos estímulos para adquirir a linguagem.

de domínios da experiência que são mais abstratos, preservando as inferências do domínio-fonte no domínio-alvo. Pinker (2008, p. 374-380) discorre sobre a metáfora dizendo: “A localização no espaço é uma das duas metáforas fundamentais na linguagem, empregada para milhares de significados. A outra é força, atividade e causação” e, ainda, que “espaço e força permeiam a linguagem”, sendo “tão básicos para a linguagem que quase nem são metáforas, pelo menos não no sentido dos recursos literários empregados na poesia e na prosa”.

Já a metonímia é conceituada como o processo cognitivo que permite criar relações de hierarquias entre conceitos (OLIVEIRA, 2006, p. 36-41). Para os seguidores da Semântica Cognitiva, portanto, o significado linguístico é uma questão de cognição em geral, não sendo arbitrário e, em contraste com os formalistas, a subjetividade das experiências dos membros de uma comunidade linguística ganha destaque, já que a linguagem articulada é vista como “uma das manifestações superficiais da nossa estruturação cognitiva, que lhe antecede e dá consistência” (OLIVEIRA, 2006, p. 35). Pinker (2008, p. 379) corrobora essa ideia e afirma:

A descoberta de porções de vocabulário e sintaxe do mentalês é uma confirmação do ‘pensamento notável’ de Leibniz: ‘que um tipo de alfabeto de pensamentos humanos possa ser encontrado e que tudo possa ser descoberto e julgado em comparação com as letras desse alfabeto e uma análise das palavras feitas com elas’ [...] A compreensão educada é um enorme dispositivo de partes dentro de partes. Cada parte é construída com modelos mentais ou modos de conhecer básicos que são copiados, têm seus conteúdos originais apagados, são conectados a outros modelos e embalados em partes maiores, as quais podem ser embaladas em partes ainda maiores, sem limites.

Embora os cognitivistas deem um destaque maior às experiências linguísticas de cada indivíduo, Saussure (2000, p. 132, grifos nossos) adverte:

a arbitrariedade do signo nos faz compreender melhor por que o fato social pode, por si só, criar um sistema lingüístico. *A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja.* Além disso, [...] é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, *cumpra partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra* (SAUSSURE, 2000, p. 132, grifos nossos).

Dessa forma, embora não se desconsidere que o significado dos signos “está no corpo que vive, que se move, que está em várias relações com o meio e não na correspondência entre palavras e coisas” (OLIVEIRA, 2006, p. 43), é necessário que o indivíduo faça parte de uma comunidade linguística para que seja capaz de “estabelecer valores” para os signos linguísticos, ou seja, precisa-se da coletividade para que haja um

consenso entre o que é possível no seio de uma língua, como fato social. E para registrar esses signos, fruto do consenso entre os membros de uma comunidade linguística, de forma tal que possam ser consultados ao longo do tempo, é possível contar com os dicionários. Para estes, a Semântica Cognitiva não trouxe caminhos claros sobre como registrar o significado dos signos, já que este significado foge da lógica e da enunciação e situa-se nos domínios dos processos cognitivos dos indivíduos.

O primeiro problema que a Semântica Cognitiva apresenta para os lexicógrafos aparece em relação à categorização dos signos ou a “essas propriedades que definem o conteúdo semântico de um termo genérico” e ao qual “a Semântica Formal dá o nome de intensão. A intensão permite alcançarmos uma classe de objetos do mundo. A esta classe damos o nome de extensão”; dessa forma, para a Semântica Cognitiva, não há critérios claros de categorização dos signos e, assim, passou-se a negar a abordagem clássica da categoria (OLIVEIRA, 2006, p. 38-39). Além disso,

formulou-se a hipótese de que os conceitos se estruturam por protótipos. Em outros termos, quando classificamos não recorremos ao estabelecimento de condições necessárias e suficientes, mas nos escoramos em casos que são exemplares, que são os mais reveladores da categoria (OLIVEIRA, 2006, p. 40).

Neste momento, torna-se necessário estabelecer algumas diferenças entre a análise semântica e a definição lexicográfica. Ahumada Lara (1989, p. 100), ao falar da análise semântica, afirma que é um processo feito pelo estudioso dessa área, o qual parte das imagens conceituais que evoca o significante, tentando encontrar sua representação plena com significantes que proporcionam a própria língua. Já para o lexicógrafo, interessa “informar sobre a forma, a função e o conteúdo dos signos lingüísticos” (AHUMADA LARA, 1989, p. 100), e isto inclui informar as categorias ou classes às quais pertence o signo que é registrado no dicionário.

Para o tradutor, por outro lado, consultar um dicionário e poder encontrar a classificação dos signos também é relevante, por exemplo, nas operações de re-enunciação. Oustinoff (2011, p. 82) fala da possibilidade de se passar

de formas nominais para formas pessoais do verbo [...]. A sintaxe comparada é para a tradução o mesmo que a gramática é para língua – em nosso caso, uma gramática *de segundo grau*, dado que a um substantivo podemos fazer corresponder não apenas um substantivo, mas também as outras partes do discurso (OUSTINOFF, 2011, p. 82).

Espera-se, assim, que o consulente de um dicionário e também tradutor possa conhecer as categorias das palavras que procura na obra lexicográfica. Portanto, as contribuições da Semântica Cognitiva podem ser aplicadas de forma mais ampla e como referência para a elaboração das definições; contudo, precisar-se-ia de informações complementares nas entradas dos verbetes para que a estrutura de um dicionário pudesse manter uma coerência interna em prol do consulente.

## A MODO DE CONCLUSÃO

Terminamos este artigo ainda sem uma metodologia definida em relação à forma como a Lexicografia poderá tomar como base a Semântica para elaborar as definições das suas entradas naquela estrutura que mencionamos anteriormente: *entrada – categoria – definição* (AHUMADA LARA, 1989, p. 18). Contudo, gostaríamos de citar as palavras de Oliveira (2006), as quais poderão nos orientar de certa forma em relação às possibilidades que se abrem diante dos três modelos de análise semântica de que falamos até aqui:

Que a heterogeneidade pode tornar as coisas mais complicadas para aqueles que querem fazer semântica é certo, mas ela pode também ajudar a ver que de fato a linguagem seja um objeto muito complexo. Tão complexo que somente deixando coexistir diferentes abordagens, somente espiando a linguagem por diferentes buracos de fechadura, poderemos um dia chegar a compreendê-la melhor (OLIVEIRA, 2006, p. 43).

Os lexicógrafos continuaremos a elaborar dicionários, lidando com esse objeto complexo de que se fala na citação anterior, e continuaremos a fazê-lo respeitando a estrutura tradicional das entradas de que falamos anteriormente, porém, não devemos ignorar a existência de modelos de análise semântica que, se usados com consciência, acreditamos possam oferecer alternativas à hora de se elaborar uma definição que atenda de uma forma mais eficiente às necessidades dos consulentes. Por outro lado, os tradutores, como consulentes costumeiros das obras lexicográficas, deverão ter a sensibilidade e o conhecimento necessários para que a letra não mate a essência contida num enunciado, podendo servir-se das contribuições da Semântica Enunciativa e da Semântica Cognitiva com mais liberdade do que os lexicógrafos.

Acreditamos que um trabalho integrado entre os estudiosos da Semântica, seja Formal, Enunciativa ou Cognitiva, os lexicógrafos e os tradutores poderia resultar em: 1) *definições* mais abrangentes e completas nas entradas de dicionários; 2) classificações mais precisas das *categorias* das unidades mínimas do significado ou palavras; e, por último, em oposição à ordem estabelecida por Ahumada Lara (1989, p. 18); 3) *entradas* de dicionários elaboradas com o objetivo de atender ao maior número de necessidades dos consulentes, cujas elaborações subjetivas do pensamento pudessem ser, de certa forma, registradas.

## REFERÊNCIAS

AHUMADA LARA, I. *Aspectos de lexicografia teórica*. Granada: Universidad de Granada, 1989.

BENVENISTE, E. *Natureza do signo lingüístico*. Problemas de Lingüística Geral I. Campinas: Pontes, 2005 [1966].

- DAVIDOFF, L. L. *Introdução à Psicologia*. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1999 [1973].
- DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987 [1984]. p. 161-219.
- HARTMANN, R. R. K.; JAMES, G. *Dictionary of Lexicography*. Londres: Routledge, 1998.
- JAKOBSON, R. On Linguistic Aspects of Translation, Language and Culture. In: JAKOBSON, R. *On Translation*. Harvard: Harvard University Press, 1959.
- KELLER, H. *The story of my life*. New York: Doubleday, Page & Company, 1905.
- KERNERMAN, I. Dictionary. Obsolete? *Kernerman Dictionary News*, n. 21, p. 1, jul. 2013.
- LARA, L. F. O dicionário e suas disciplinas. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (Org.). *As ciências do léxico*. v. 2. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. p. 133-152.
- OLIVEIRA, R. P. de. Semântica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 17-46.
- OUSTINOFF, M. *Tradução: história, teorias e métodos*. São Paulo: Parábola, 2011.
- PINKER, S. *Como a mente funciona*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PORTO DAPENA, J-A. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco; Libros, 2002.
- REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. *Alfa*, São Paulo, 28 (supl.), p. 45-69, 1984.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2000 [1916].
- WELKER, H. A. *Dicionário – uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.